

# MUITO ALÉM DAS FACÇÕES: UMA AGENDA DE PESQUISAS SOBRE ILEGALISMOS, VIOLÊNCIA E ESTADO NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Fabio Magalhães Candotti<sup>2</sup>

Flávia Melo<sup>3</sup>

## SINOPSE

Desde 2017, após um massacre em uma unidade prisional, a presença de facções criminosas na Amazônia tornou-se objeto de interesse nacional, alimentado, nos anos seguintes, por outros eventos e pesquisas que aproximaram segurança pública, defesa nacional, proteção social e meio ambiente. Este ensaio problematiza esse interesse em dois movimentos, sustentado por pesquisas realizadas desde a década passada no estado do Amazonas. O primeiro oferece uma crítica à maneira colonialista como as violências locais são pensadas por discursos exógenos à região, sobretudo ao diagnóstico da “ausência de Estado” e da “expansão das facções”. Em seguida, apresentamos um conjunto de problemas de pesquisa que guiam nossos trabalhos, a respeito dos mercados ilegais, das formas de presença de estado e das violências que incidem sobre corpos e populações indígenas, negras e periféricas. Ao fim, defendemos a necessidade de investimentos em pesquisa sobre esses temas na região e a importância de uma produção de conhecimentos aliada a movimentos sociais.

**Palavras-chave:** segurança pública; violência; Estado.

## 1 A ATUALIZAÇÃO DO COLONIALISMO AMAZÔNICO

Em livro recente, Violeta Loureiro retomou mais de meio século de estudos para definir a Amazônia como “colônia do Brasil”. Segundo ela, a região tem sido tratada pelas políticas de Estado por meio de uma ambivalência típica de processos coloniais: por um lado, “como um ecossistema paradoxal, superabundante e frágil ao mesmo tempo”, “desafio ao desenvolvimento”; por outro lado, “como o *locus* privilegiado da exploração nacional para solucionar os problemas do país” (Loureiro, 2022, p. 20-21) – perspectiva que foi elaborada e reforçada ao longo de décadas por grupos econômicos, políticos e intelectuais, estrangeiros à região.

Nesse ponto, Loureiro (2022) aproxima-se de Serje (2012) ao analisar o “mito da ausência de Estado” na Colômbia. Segundo a antropóloga, esse mito é elaborado em áreas que “estariam além de seu alcance, se caracterizam como inacessíveis, desarticuladas e conflitivas, representam um obstáculo à integração e ao desenvolvimento nacional” (Serje, 2012, p. 102, tradução nossa). São três os efeitos práticos e instrumentais desse mito. O primeiro é sustentar a ideia de uma “outra Colômbia”, que, como outras regiões ditas carentes de Estado, é categorizada como uma “terra incógnita”, a despeito de todo o conhecimento já produzido há séculos sobre a região; inacessível, repleta de “lugares remotos e isolados por uma geografia inóspita” (Serje, 2012, p. 103, tradução nossa); e que promete “legendárias

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art10>

2. Pesquisador do Coletivo de Pesquisa e Extensão Ilhargas – Cidades, Políticas e Violências; e docente da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). *E-mail*: [fmcandotti@gmail.com](mailto:fmcandotti@gmail.com).

3. Pesquisadora do Coletivo de Pesquisa e Extensão Ilhargas – Cidades, Políticas e Violências; e docente da Ufam. *E-mail*: [flaviameo@ufam.edu.br](mailto:flaviameo@ufam.edu.br).

riquezas de vários tipos”, geológicas e biológicas (*op. cit.*, p. 103-104, tradução nossa). O segundo efeito é “invisibilizar eficazmente a ação do Estado” (*op. cit.*, p. 112, tradução nossa), sobretudo dos grupos locais, “que incluem comerciantes, missionários e empresários, administradores e funcionários” e que “controlam as instituições, as decisões e os recursos do Estado em diferentes níveis” (*op. cit.*, p. 101, tradução nossa). Enfim, o último é “legitimar a intrusão militar e paramilitar, e o uso da violência e do terror” (*op. cit.*, p. 112, tradução nossa).

Essa perspectiva parece ter se bifurcado, no Brasil, em tendências mais radicais, que mantêm, dentro de si, a ambivalência da velha arte de administração colonial da região. Uma leitura mais ingênua da situação percebe uma oposição simples em escala global: de um lado do jogo, um novo consenso de atores liberais convencidos da urgência climática e de proteção do meio ambiente; de outro, a emergência da extrema-direita que apresenta como uma de suas pautas a negação desse consenso. Com a nova gestão federal brasileira, começaríamos a reverter a política de destruição da floresta e extermínio de povos indígenas do governo passado, fazendo da proteção da floresta e de seus povos originários uma prioridade. Entretanto, sem negar as mudanças climáticas ou a gravidade da necropolítica dos últimos anos, é difícil não reencontrar a ambivalência colonial em ambas as estratégias.

O governo Bolsonaro (2019-2022) implementou uma política que apostou no potencial econômico do território amazônico, apoiado em uma imagem da floresta como desafio ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, abundante em recursos naturais materiais. Não haveria nada de novo se essa política não abrisse mão de grandes planos e projetos, de instituições mediadoras e reguladoras, ao contrário do que fizeram a ditadura militar e, em outro momento, os governos petistas. Foi como uma grande “Operação Amazônia” sem a Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), criada em 1966.<sup>4</sup> Um estímulo público e ao mesmo tempo informal a empreendimentos ilegalistas, que há muito tempo estão no Norte, e que são centrais para a economia da região: terra, madeira, gado, pescado, minério e, também há décadas, drogas. Uma política de criação de valor econômico por meio de mercados ilegais – sem qualquer esforço institucional de legalização e regulação.

Com o novo governo Lula, a radicalização vai no sentido oposto: retoma-se uma proposta dos anos 1990 nunca levada a sério: a Amazônia pode ser uma das soluções econômicas para o país mediante a exploração de recursos imateriais, mediada pela biotecnologia – “predação *high tech*”, como dizia Santos (2003). Essa é uma aposta que se atualiza com a possibilidade de explorar o mercado financeirizado dos créditos de carbono. Como aventou Paulo Arantes, agora a Amazônia pode ser a solução econômica nacional, como foram as chamadas *commodities* para os primeiros governos petistas: “quando justamente a Amazônia aparece como o futuro do mundo, nós voltamos a ser o futuro do mundo graças à Amazônia” (Arantes e Sombini, 2023).<sup>5</sup> Para isso, vence a imagem de uma floresta frágil, repleta de perigos e problemas sociais. O sentido do “desafio” não se liga ao do desbravamento material, mas ao da proteção ao meio ambiente e aos povos tradicionais e originários. Produção de legalidade no lugar dos ilegalismos. Para isso, voltam as instituições financiadoras e

4. A Operação Amazônia foi o título de um documento do governo militar, de 1968, que antecipou os “planos de desenvolvimento” dos anos seguintes. Sobre o documento, ver Loureiro (2022).

5. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/mesmo-sem-projeto-lula-tera-sucesso-se-frear-extrema-direita-diz-paulo-arantes.shtml>.

reguladoras. Tudo diferente, tudo simetricamente distinto e, ainda assim, uma nova empreitada colonial em que sujeitos políticos locais são coadjuvantes e beneficiários.

Há, contudo, uma novidade na situação amazônica que complica essa simetria da grande política. Com a expansão dos mercados ilegais durante o governo de extrema-direita, está a intensificação de violências armadas e letais. É sempre bom lembrar que uma coisa não está necessariamente relacionada à outra: mercados ilegais nem sempre são organizados por esse tipo de violência. Se essa conjunção acontece é por razões específicas à situação (colonial) da região, incluindo diferenças importantes nos países que a compõem. No entanto, é justamente sobre isso que faltam mais informações, porque faltam melhores estudos.

Este ensaio apresenta uma breve agenda de pesquisa sobre o tema, no marco de uma transição da administração colonial. Uma agenda que acompanha e alimenta um desafio distinto daquele, já pontuado, do desenvolvimento da região para solução de problemas nacionais: o desafio de elaborar, junto aos seus habitantes, conhecimentos dedicados à construção de um bem viver amazônico.

## 2 EXPANSÃO DE FACÇÕES?

A produção científica brasileira sobre violências consolidou-se, ao longo das últimas duas décadas, em referência internacional para pesquisas sobre segurança pública, justiça, sistema carcerário e crimes. Para isso, recursos de fundos privados e, principalmente, públicos foram fundamentais. Atualmente, o país conta com uma extensa rede de núcleos de pesquisa no tema, concentrados em três regiões (Sul, Sudeste e Nordeste), o que expressa uma desigualdade regional na produção científica brasileira em geral, bem como na distribuição de organizações da sociedade civil dedicadas ao tema e que, há décadas, desempenham papel importante na produção e divulgação de conhecimentos.

Nesse campo de estudos, o Centro-Oeste e o Norte do Brasil converteram-se em objeto de atenção apenas na década passada, em razão de eventos espetaculares como o assassinato de Jorge Rifaat, o “Rei da Fronteira”, em Pedro Juan Caballero (Paraguai), em junho de 2016, e os massacres prisionais em Manaus (Amazonas) e Boa Vista (Roraima), em janeiro de 2017. A interpretação vitoriosa enquadrou esses acontecimentos como efeitos da expansão de dois coletivos criminais sudestinos (Primeiro Comando da Capital – PCC; e Comando Vermelho – CV) e do fim da aliança entre eles, motivado pela disputa pelo comércio de drogas nas fronteiras nacionais com países produtores (Manso e Dias, 2018; Feltran, 2018; FBSP, 2023; Instituto Igarapé, Soberania e Clima e FBSP, 2022).

Os anos passaram e novos acontecimentos alimentaram essa perspectiva. Em maio de 2019, um novo massacre prisional em Manaus; menos de dois meses depois, outro massacre, desta vez em Altamira (Pará). Nos últimos anos, a presença de facções no garimpo ilegal em diferentes lugares da região, incluindo terras indígenas, recebeu atenção de meios de comunicação, o que ganhou maior destaque com o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, em junho de 2022. Este evento foi seguido pela divulgação, no mesmo mês, de dados que mostram o crescimento, em 2021, da taxa de mortes violentas intencionais (MVI) na Amazônia, em um contexto de redução em escala nacional (FBSP, 2022). Em conjunto, esses acontecimentos não somente justificaram uma “nacionalização” das preocupações e políticas de segurança pública, mas também serviram de estímulo para uma intensificação do diálogo entre campos de pesquisa e de política pública sobre meio ambiente e segurança pública, com a produção de documentos com forte impacto no debate

público (Instituto Igarapé e Insight Crime, 2022; FBSP, 2022; 2023; Uma concertação pela Amazônia, 2022).

Como já analisado em outras publicações (Candotti, Melo e Siqueira, 2017; Melo, 2018; 2020; Candotti, 2022a; 2022b), do ponto de vista de quem habita e pesquisa em Manaus (cidade mais populosa da Amazônia) e circula por cidades do interior amazonense, essa interpretação vitoriosa, mesmo que muito bem fundamentada em um acúmulo valioso de pesquisas (realizadas alhures), tende a atualizar uma velha perspectiva ou, mesmo, epistemologia colonialista sobre a região Norte – o que também pode ser notado, talvez em menor medida, em relação ao Centro-Oeste, ao Nordeste e ao Sul. São quatro os elementos que caracterizam essa perspectiva.

Em primeiro lugar, trata-se de um conjunto de saberes exógenos, construídos por pessoas estrangeiras à região, por meio de dados secundários e de pesquisas de campo de curta duração, sendo por fim apresentados e discutidos em encontros e publicações promovidas por instituições igualmente estrangeiras. Saberes, esses, que geralmente ignoram a produção local de conhecimentos. Em segundo lugar, esses saberes operam por generalizações que seriam impensáveis para os locais onde são produzidos (Serje, 2012); extrapolam-se conclusões sobre situações específicas para uma região gigantesca, intensificando um certo “regionalismo metodológico” (Candotti e Melo, 2022) – articulado ao “nacionalismo metodológico” (Wimmer e Glick-Schiller, 2002). Em terceiro lugar, essa região é pensada e descrita como alteridade radical em relação ao local de origem do saber. No caso em questão, o Norte do país é convertido em “Amazônia”, região definida e delimitada por sua natureza biológica e preenchida por um imaginário de isolamento, despovoamento, culturas tradicionais, ausência de Estado e descontrole; uma “exotização” mítica, conceitual, afetiva e que intersecciona desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, origem, nacionalidade (Melo, 2020; Olivar, Candotti e Melo, 2022; Candotti, 2022c; Loureiro, 2022). Por fim, a região torna-se “fronteira” e objeto de estratégias de poder de caráter civilizatório que, ao longo da história, combinaram, nas práticas de governo ordinárias e espetaculares, performatividades militaristas, missionárias e desenvolvimentistas, atualizadas nas últimas décadas por forças de segurança pública e de proteção social (Olivar, 2015; Melo, 2018; 2020; Melo e Olivar, 2019) agora mescladas ao tema do meio ambiente.<sup>6</sup>

Por sua vez, as pesquisas locais sobre crime, prisão, justiça e segurança pública não cresceram com a mesma proporção do interesse nacional e, muito menos, com a capacidade de articulação institucional e a infraestrutura de pesquisa. O que, em parte, se explica por serem temas marginais no processo de formação das ciências humanas na região – uma diferença importante em relação ao Nordeste (Rodrigues *et al.*, 2022). Além disso, em todo o Norte brasileiro, há atualmente apenas um programa de pós-graduação em sociologia, área de conhecimento majoritária no campo de estudos sobre violências no Brasil. Couto (2020a; 2020b) talvez seja o único pesquisador que trabalha na região com estudos regulares e contínuos sobre coletivos criminais e segurança pública – valendo citar também as pesquisas do amazonense Ítalo Siqueira (Siqueira e Paiva, 2019; Siqueira, Nascimento e Moraes, 2022) – o que representa muito pouco para cerca de 60% do território brasileiro.

---

6. A parca reflexão acerca da natureza colonialista da produção de conhecimentos sobre o Norte do Brasil expressa-se bem na ausência de uma discussão política e teórica sobre o “colonialismo interno” (González Casanova, 2006) – enquanto a perspectiva simétrica da “construção da nação” manteve-se dominante nas ciências sociais brasileiras (Cesarino, 2017). Isso contrasta com recorrentes estudos protagonizados por pesquisadores e pesquisadoras locais sobre a Amazônia “exotizada” (Souza, 1978; Pinto, 1999), “inventada” (Gondim, 2007), “metamorfoseada” (Silva, 2000), “ambientalizada” (Santos, 2014); produções que, diante da impossibilidade de “escapar à exotização”, animaram “um processo de autoexotização em que se abre a possibilidade de reprocessamentos e reinvenções críticas” (Pinto, 1999, p. 52).

No estado do Amazonas, a principal instituição que promoveu estudos sobre violências diversas e mercados ilegais – arregimentando e financiando, inclusive, pesquisadoras(es) de diversos estados do país – foi o Observatório da Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM), cujo auge das atividades deu-se precisamente antes de o estado se tornar foco de interesse nacional quanto ao tema das violências. Esse programa de extensão realizou pesquisas em dezessete municípios do estado; articulou ações com a sociedade civil; produziu um mapa da violência de gênero no Amazonas por meio de uma metodologia inovadora; formou uma geração de jovens pesquisadoras(es) amazonenses; e teve papel central na articulação de uma pequena e potente rede transregional de pesquisas etnográficas sobre e ao redor da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia (Albuquerque e Paiva, 2015; Paiva, 2015; 2019; Olivar, 2015; Olivar, Melo e Rosa, 2015; Olivar e Melo, 2022; Melo e Olivar, 2019; Siqueira e Paiva, 2019; Melo, 2020; Olivar, Melo e Tobón, 2021; Candotti e Melo, 2022; Olivar, Candotti e Melo, 2022; Albuquerque, 2022; Candotti, 2022c). Essa rede deu vida e forma ao único coletivo de pesquisa e extensão dedicado ao tema das violências urbanas no estado do Amazonas (o Ilhargas, da Ufam) e que vem sendo retomada por meio de novos projetos.<sup>7</sup>

O programa, no entanto, foi duramente enfraquecido pelo corte de sua principal fonte de recursos, em 2016 (editais da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – Sesu/MEC), justamente no momento de sua consolidação e às vésperas da maior visibilidade do tema das violências e dos mercados ilegais no Amazonas. Mesmo assim, a produção financiada e estimulada pelo OVGAM poderia subsidiar interpretações muito mais situadas, sólidas e diversificadas caso fosse considerada pelo debate nacional. Mais do que isso, poderia desacomodar as formas dominantes de objetivação da região e das violências e dos ilegalismos, além de temas conexos e emaranhados, como fronteira nacional, defesa nacional, segurança pública, sistema carcerário e proteção social. Enfim, essa mesma produção poderia ensinar algo a respeito da importância de construção colaborativa de conhecimentos com sujeitos implicados (Melo, 2020; Melo e Reis, 2021; Olivar, Candotti e Melo, 2022; Candotti, 2022a). É nessa linha que apresentamos, a seguir, alguns problemas de pesquisa mais amplos que vêm guiando nossas atividades no Amazonas.

### 3 OUTRA AGENDA

Se é certo que uma parte importante da economia da região amazônica (brasileira e sul-americana) é promovida por meio de mercados ilegais, organizados na base da violência armada e letal, e que a ausência do Estado é um discurso que invisibiliza as múltiplas formas da presença de Estado (Serje, 2012), uma agenda de pesquisas precisa se debruçar sobre os agenciamentos concretos e localizados por meio dos quais esses fenômenos se articulam.

Um primeiro desafio seria compreender as maneiras como os mercados ilegais são produzidos e ordenados. Algo que exige o recurso a metodologias diversas, capazes de dar conta de diferentes “escalas”, mas também o abandono de uma perspectiva policial e legalista. Não se trata de perseguir os “bandidos” – sejam eles traficantes de drogas, garimpeiros, madeireiros, grileiros etc. – mas sim as práticas mais ordinárias que sustentam esses mercados. Isso deve incluir a distribuição de posições econômicas e políticas e a circulação do dinheiro. Mas, com uma atenção à diversidade de saberes,

7. Encarceramento no Amazonas: transformações políticas e sociais pós-massacres (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam, 2022-2024); Políticas e fluxos prisionais: experiências de vida em torno dos cárceres no Norte e no Nordeste do Brasil (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 2022-2024); Amazonizados: Plataforma Digital de Informações Sensíveis ao Gênero (Fapeam, 2022-2023); Pobreza, finanças e futuro na Amazônia contemporânea: uma teoria etnográfica da dívida (Fapeam, 2022-2024); Cosmopolíticas do cuidado no fim-do-mundo (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, 2022-2027).

racionalidades, moralidades, normatividades e afetividades sem a qual todas(os) as(os) agentes envolvidas(os) convertem-se em sujeitos econômicos empreendedores guiados por escolhas racionais, utilitaristas e egoístas.

O que se propõe com isso é o mesmo esforço que vem sendo empregado nos estudos sobre mercados ilegais em outras regiões. Quando lemos as pesquisas etnográficas feitas em São Paulo e no Rio de Janeiro acerca do tráfico de drogas, o que vemos – em um território minúsculo se comparado à Amazônia brasileira – é uma diferença radical, seja na atuação de coletivos criminais, seja na de coletivos policiais (Barbosa, 1998; Biondi, 2010; 2018; Telles, 2010; Grillo, 2013; Marques, 2015; Hirata e Grillo, 2017; Feltran, 2018; Hirata, 2018; Padovani, 2018). Afinal, é impossível entender os mercados ilegais se não incluirmos as polícias e todo um “mercado de proteção” associado à produção e circulação das mercadorias (Misse, 2002; Rodrigues, 2019).

Na extensa região Norte do país, as diferenças não parecem menores, inclusive dentro do mesmo estado. As formas de existência de coletivos criminais e coletivos policiais, bem como as relações entre ambos, em uma cidade como Manaus (a mais populosa da Pan-Amazônia) parecem ser muito distintas daquela que encontramos na região da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia. Não somente em razão do suposto engajamento de facções no garimpo e na pesca ilegal na fronteira, onde o envolvimento de empresários, políticos e policiais em mercados ilegais diversos é parte de histórias corriqueiras, assim como as variadas formas de emaranhamento de ilegalismos (Paiva, 2019; Hirata, 2019; Albuquerque, 2022). Em Manaus, no entanto, é muito evidente o enfraquecimento dos coletivos criminais dentro de unidades prisionais, administradas desde 2017 pela Polícia Militar, que impôs uma nova “disciplina” e um novo “regime de tortura” (Candotti, 2022a). Se o sistema carcerário é um bom medidor das relações de força e das negociações ilegalistas entre coletivos criminais e policiais, e considerando uma suposta centralidade econômica, (micro)política e geográfica de Manaus no Amazonas, a tese do crescimento das facções soa bastante paradoxal – ainda que não possa, nem deva ser descartada. Enfim, diferentemente do Sudeste, no Amazonas, as relações entre interior e capital, entre cidades de diferentes países e entre a região e o resto do mundo se impõem como uma questão central, exigindo uma reflexão sobre os regimes de mobilidade e sobre os processos e práticas de fronteirização – na direção contrária aos discursos sobre isolamento, migração e controle da fronteira, forjados por metodologias nacionalistas e regionalistas (Wimmer e Glick-Schiller, 2002; Glick-Schiller e Salazar, 2013; Olivar, Melo e Rosa, 2015; Candotti e Melo, 2022).

O que se propõe, portanto, é uma suspensão da hipótese faccional como forma de explicação das violências. Não para negar a presença de facções, e sim para não reduzir a diversidade de contextos e agentes que produzem os mercados ilegais – e poder entender como esses coletivos efetivamente atuam em cada momento e situação. Há nessa proposta o ganho epistêmico-político de não alimentar uma lógica de criminalização que incide seletivamente sobre grupos empobrecidos e racializados e que invisibiliza a participação de elites políticas e econômicas que fazem o estado no nível local. Com essa proposta se deseja simplesmente realizar o básico: dar conta de cartografar a socialidade que permeia, gestiona e articula ilegalismos diversos que há décadas são importantes e se tornaram incontornáveis quando se pretende pensar a vida social da região.

Essa proposta se articula a um outro conjunto de problemas de pesquisa dedicado ao estudo das múltiplas formas de presença de estado e de processos de formação de estado na Amazônia. Atualmente, essa linha de trabalho envolve analisar, por exemplo, as imbricações empíricas de agentes

e instituições da defesa nacional, segurança pública e proteção social. Formalmente separadas em instâncias administrativas, essas áreas de atuação da gestão pública são as faces mais expressivas do Estado brasileiro na região, majoritariamente exógenas, hipermasculinizadas (à exceção da assistência social) e orientadas por pressuposições – naturalizadas como diagnósticos – que reiteram o “incipiente desenvolvimento regional”, a “baixa densidade institucional do Estado”, a “ameaça do inimigo estrangeiro” e a “vulnerabilidade social” (Melo, 2018; 2020).

A produção de conhecimentos etnográficos sobre o tema mostra uma significativa e numerosa presença materializada em agentes, projetos e instituições de estado (quartéis, delegacias, centros de referência, secretarias municipais, conselhos, departamentos de cadastros), como também em procedimentos, técnicas, objetos e práticas de agentes públicos, civis e militares. À diferença das concepções estado-centradas em que defesa nacional, segurança pública e proteção social são definidas como instituições públicas de natureza e estrutura distintas, o que se tem notado é uma intensa cooperação, na ordem da prática e no desenho formal de operações conjuntas, em que esses nichos de estado se revezam e cooperam na produção e reiteração *da piedade e do medo* como afetos de gestão de corpos e populações amazônicas, produzindo ações de vigilância e controle de caráter policialesco e comumente armado (Melo, 2018; 2020).

Abordagens como essa já foram observadas antes em estudos muito importantes (alguns deles basilares), ainda que pouco numerosos, dedicados às formas de governo e tutela das populações indígenas (Lima, 1995; Oliveira, 2016), da presença militar na Amazônia (Marques, 2007; Leirner, 2012) e, mais recentemente, da proteção social desde uma perspectiva generificada do estado (Melo, 2020). Na agenda que aqui esboçamos, esta abordagem não reducionista permitiria descrever os efeitos de estado, suas continuidades e rupturas com a secular ocupação missionária e militar da região amazônica; as transformações advindas com os avanços tecnológicos; e os impactos de políticas públicas para as populações tradicionais, povos originários e moradoras(es) das pequenas e grandes cidades – questões sempre urgentes e novamente em voga com a visibilidade alcançada pelo genocídio Yanomami e o assassinato de Bruno Pereira e Dom Philipps.

A suspensão da hipótese faccional, de um lado, e a desconstrução do mito do Estado ausente, de outro, são abordagens metodológicas não reducionistas que, se levadas a sério, podem induzir a produção e a regulação de informações públicas confiáveis (o que reiteradamente não encontramos na Amazônia) e analisar melhor os escassos (precários e descontínuos) dados públicos disponíveis e, principalmente, as informações produzidas graças ao ativismo estatístico de movimentos sociais. Essa agenda exige ainda a construção de uma plataforma transversal e interdisciplinar de fomento à pesquisa em instituições científicas que encarem seriamente esses desafios.

Finalmente, a suspensão de hipóteses e mitos tão enraizados deve encarar o desafio de retirar os obstáculos que nos impedem de enunciar e mensurar a violência estatal e o poder ofensivo letal do estado na Amazônia, contra seus próprios habitantes e territórios. Esse esforço demanda necessariamente o uso de ferramentas da análise interseccional (Collins e Bilge, 2021) para que as dinâmicas do mercado ilegal e dos processos de formação e de presença de estado sejam estudadas em face do modo como incidem sobre corpos e territórios indígenas e tradicionais, sobre mulheres e sobre os corpos e populações pobres, negras e periféricas.

Em 2022, uma nota publicada pela Associação Brasileira de Antropologia denunciava sucessivas chacinas policiais ocorridas no Amazonas entre 2019 e 2021. Longe de expressar “fraqueza estatal”

na imposição da ordem, esses acontecimentos pareciam sugerir mais uma “política de segurança pública dirigida para o extermínio de pessoas pobres e periféricas, negras, indígenas e suas descendentes”.<sup>8</sup> Entretanto, o persistente *frame* (guerra de facções + estado ausente) afasta a atenção pública de questionamentos sobre a participação de agentes de estado nessas chacinas, ou sobre os efeitos e impactos da ação estatal.<sup>9</sup> Frequentemente, esse enquadramento reforça a resposta quase sempre automática de “ocupar” a “isolada” Amazônia com mais coletivos militarizados fortemente armados, o que resulta no envio incessante de tropas que desde o período colonial desbravam não apenas o território, mas também o corpo das mulheres nativas. Dados coletados pelo OVGAM na cidade de São Gabriel da Cachoeira sobre o período 2010-2020, ainda parcialmente analisados, indicam uma estreita relação entre a vitimização feminina e a militarização expressa nas características dos conflitos domésticos, feminicídios e tensões interétnicas e inter-raciais.

Definitivamente, não queremos argumentar a favor da inexistência dos conflitos ou das ameaças não estatais ao território e a populações amazônicas. Nos interessa pautar, ao lado dessas preocupações, o imperativo de não nos acomodarmos aos enquadramentos naturalizados que se retroalimentam e nos impedem de conhecer e enfrentar melhor as violências que atuam sobre os nossos territórios e corpos. Se melhor entendermos a cooperação – denunciada nas mídias nacionais – entre forças policiais, garimpos ilegais e coletivos criminais, quizá possamos questionar a eficácia de respostas públicas pautadas (quase) exclusivamente no envio de mais policiais e buscar a formulação de respostas públicas mais adequadas. Ou ainda, se levarmos a sério o acúmulo das ciências antropológicas e historiográficas sobre a violação dos corpos das mulheres amazônicas como estratégia militar e estatal de povoamento do território (Melo, 2020), talvez consigamos visualizar o papel das instituições hipermasculinizadas nesse processo, questionar os estereótipos de gênero que incidem sobre as mulheres amazônicas e suas sexualidades (Olivar, 2015; 2016; Olivar e Melo, 2022), e fiscalizar/controlar/regular sua atuação.

Enfim, entendemos que a execução dessas propostas passa, necessariamente, por uma prática de conhecimento aliançada com coletivos políticos protagonizados por sujeitos que figuram como alvos preferenciais dos afetos de piedade e medo, por políticas de defesa nacional, segurança pública e proteção social. Grupos como o Coletivos de Familiares e Amigos de Presos e Presas do Amazonas e o Departamento de Mulheres Indígenas do Rio Negro que – conduzidos por mulheres indígenas, negras e periféricas – enfrentam diariamente os poderes locais e nacionais, sob ameaças constantes, com poucos recursos financeiros, mas, com coragem e sabedoria, articulam alianças e mobilidades transregionais e forjam outros saberes, afetos e territorialidades (trans)amazônicas (Olivar, Candotti e Melo, 2022).

8. Disponível em: <https://portal.abant.org.br/nota-sobre-a-chacina-em-tabatinga-no-amazonas/>.

9. Outro estudo que empreendemos recentemente aponta um grande crescimento de linchamentos em Manaus na última década. Pelo cruzamento de registros em portais de notícias com etnografias, a pesquisa questiona a teoria dos linchamentos como “justiça popular” e mostra uma continuidade entre essas práticas e violências de estado (policial e carcerária) (Candotti, Pinheiro e Alves, 2019; Candotti e Pinheiro, 2022; Candotti, Silva e Lourenço, 2022).

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Fronteiras fluviais: as dinâmicas sociais nos rios internacionais da tríplice fronteira (Brasil-Peru-Colômbia). *In*: CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, Lindomar (Org.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: Editora UFU, 2022.

ALBUQUERQUE, José Lindomar; PAIVA, Luiz Fábio S. Entre nações e legislações: algumas práticas de “legalidade” e “ilegalidade” na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru). **Revista Ambivalências**, v. 3, n.5, p. 85-114, 2015.

ARANTES, Paulo; SOMBINI, Eduardo. Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita, diz Paulo Arantes. **Folha de S.Paulo**, 11 mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/mesmo-sem-projeto-lula-tera-sucesso-se-frear-extrema-direita-diz-paulo-arantes.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BARBOSA, Antônio Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

\_\_\_\_\_. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

CANDOTTI, Fabio M. Quando a massa erra, o Estado avança: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus. **Revista Tomo**, Sergipe, n. 40, p. 197-241, 2022a.

\_\_\_\_\_. Mercados, Estado e tensões no Amazonas. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021**. Especial Eleições. São Paulo: FBSP, 2022b.

\_\_\_\_\_. Entre o “Sul” e a “Amazônia”: a branquitude estrangeira numa fronteira colonial. *In*: CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, Lindomar (Org.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: Editora UFU, 2022c.

CANDOTTI, Fabio M.; MELO, Flávia. Para além da integração e do isolamento: mobilidades e presenças na Amazônia urbana. **Mundo Amazônico**, v. 13, p. e101227, 2022.

CANDOTTI, Fabio M.; MELO, Flávia; SIQUEIRA, Ítalo L. A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado. *In*: MALLART, Fabio; GODOI, Rafael. **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta/Le Monde Diplomatique, 2017.

CANDOTTI, Fabio M.; PINHEIRO, Israel. Vigilantismo difuso: una etnografía de linchamientos en Manaus (Brasil). *In*: DÍAZ, Antonio Fuentes; ROJAS, Loreto Quiroz; GAMALLO, Leandro (Ed.). **Vigilantismo en América Latina**: violencias colectivas, apropiaciones de la justicia y desafíos a la seguridad pública. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2022.

CANDOTTI, Fabio M.; PINHEIRO, Israel; ALVES, Jander. Dispositivos de segurança e justiça de rua: outras questões sobre assaltos, vigilantismos e linchamentos. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 3, p. 647-673, 2019.

- CANDOTTI, Fabio M.; SILVA, Luiz Rogério Lopes; LOURENÇO, Natasha (Org.). **Linchamentos**: um estudo sobre casos noticiados em Manaus, Grande São Luís e Grande Vitória (2011-2020). Manaus: Ilhargas, 2022. Disponível em: <https://ilhargas.ufam.edu.br/pesquisa/58-projetar/130-linchamentos-um-estudo-sobre-casos-noticiados-em-manaus-grande-sao-luis-e-grande-vitoria-2011-2020.html>.
- CESARINO, Letícia. Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. **Ilha**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p.73-105, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p73>.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Do narcotráfico às narcomilícias: configurações territoriais sobrepostas na periferia de Belém. **Territorium Revista de Riscos, Prevenção e Segurança**, v. 1, p. 103-113, 2020a.
- \_\_\_\_\_. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. **Confins**, v. 44, 2020b.
- F BSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.
- \_\_\_\_\_. **Cartografias das violências na região amazônica**. São Paulo: FBSP, 2023.
- FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- GLICK-SCHILLER, Nina; SALAZAR, Noel B. Regimes of mobility across the globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 39, n. 2, 2013.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno: una redefinición. In: BORON, A. *et al.* (Org.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- GRILLO, Carolina. **Coisas da vida no crime**: tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- \_\_\_\_\_. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: primeira aproximação. **Dilemas**: Revista de Estudos sobre Conflito e Controle Social, edição especial, n. 3, p. 173-197, 2019.
- HIRATA, Daniel V.; GRILLO, Carolina. Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-97, 2017.
- INSTITUTO IGARAPÉ; INSIGHT CRIME. **Amazônia saqueada**: as raízes do crime ambiental em cinco países amazônicos. [s.l.]: Instituto Igarapé; Insight Crime, 2022. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Amazonia-saqueada\\_As-raizes-do-crime-ambiental-em-cinco-paises-amazonicos.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Amazonia-saqueada_As-raizes-do-crime-ambiental-em-cinco-paises-amazonicos.pdf).

INSTITUTO IGARAPÉ; SOBERANIA E CLIMA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Governar para não entregar**: uma agenda de segurança multidimensional para a Amazônia brasileira. São Paulo: Instituto Igarapé; FBSP, 2022.

LEIRNER, Piero. O Estado como fazenda de domesticação. **R@U**: Revista de Antropologia da UFSCar, v. 4, n. 2, p.38-70, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.52426/rau.v4i2.76>.

LIMA, Antonio Carlos Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Renato S. (Coord.). **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia**. São Paulo: FBSP, 2022.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia, colonial do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Ed. Todavia, 2018.

MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2015.

MARQUES, Adriana A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, Flávia. Pena e perigo no governo da fronteira: considerações para uma análise generificada da fronteira amazônica de Brasil, Peru e Colômbia. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, 2018.

\_\_\_\_\_. **Cadastrar, incluir e proteger**: as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-19042021-132559>.

MELO, Flávia; OLIVAR, José Miguel N. O ordinário e o espetáculo no governo da fronteira: normatividades de gênero em Tabatinga. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3410116/2019>.

MELO, Flávia; REIS, Rodrigo Oliveira Braga. Antropologia na fronteira e fronteiras da antropologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão universitária em uma região transfronteiriça. **Anuário Antropológico**, v. 46, n. 1, p. 100-118, jan.-abr. 2021.

MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p. 68-79, 2002.

OLIVAR, José Miguel N. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na Amazônia brasileira. **Revista Ambivalências**, v. 3, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p149-182>.

\_\_\_\_\_. Exploring traffic and exploitation on the Brazilian international border in the Amazon. **Social and Economic Studies**, v. 65, n. 4, p. 57-86, 2016.

OLIVAR, José Miguel N.; CANDOTTI, Fabio M.; MELO, Flávia. Women's mobilities: a blacklight on gender and care in the Amazon. *In*: SASSEN, Saskia; RIBAS-MATEO, Natalia (Org.). **The elgar companion to gender and global migration**: beyond western research. 1st ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022. v. 1, p. 147-160.

OLIVAR, José Miguel N.; MELO, Flávia. The cage and the racialization of the Amazon: reflections on racism and geopolitics in the struggle against human trafficking in Brazil. *In*: KEMPADOO, Kamala; SHIH, Elena (Ed.). **White supremacy, racism, and the coloniality of anti-trafficking**. Abingdon: Routledge, 2022.

OLIVAR, José Miguel N.; MELO, Flávia; ROSA, Patrícia Carvalho. Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da “migração peruana na Amazônia brasileira”. **Revista Tomo**, n. 26, 2015.

OLIVAR, José Miguel N.; MELO, Flávia; TOBÓN, Marco. Blood, smoke and cocaine? Reflections on the governance of the Amazonian border in contemporary Brazil. *In*: RIBAS-MATEOS, Natalia; DUNN, Timothy (Org.). **Handbook on Human Security, Borders and Migration**. 1st ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. v. 1, p. 312-327.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. *In*: \_\_\_\_\_. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PAIVA, Luiz Fábio S. Nas margens do Estado-nação: as falas da violência na tríplice fronteira amazônica. **Revista Tomo**, n. 27, p. 327-359, 2015.

\_\_\_\_\_. As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 99, p. e349902, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/349902/2019>.

PINTO, Renan Freitas. Geografias do exótico. **Leituras da Amazônia: Revista Internacional de Arte e Cultura**, v. 1, n. 1, p. 45-54, 1999.

RODRIGUES, Fernando de J. Mercados ilícitos, ambivalências e agressividade: condições estatais e mercantis de um circuito de bailes de reggae em “periferias” de Maceió, AL. **Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 199-227, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.088>.

RODRIGUES, Fernando de Jesus *et al.* Políticas, mercados e violência no Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Tomo**, v. 40, p. 9-38, 2022.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e “redescoberta” do Brasil. *In*: \_\_\_\_\_. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SANTOS, Luiz Fernando S. **O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2014.

SERJE, Margarita. El mito de la ausencia del Estado: la incorporación económica de las “zonas de frontera” em Colombia. **Cahiers des Amériques latines**, n. 71, 2012. Disponível em: <http://cal.revues.org/2679>.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia**. Manaus: Edua, 2000.

SIQUEIRA, Ítalo B. L.; NASCIMENTO, Francisco Elionardo; MORAES, Suiany S. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, p. 441-468, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nsp4.46476>.

SIQUEIRA, Ítalo B. L.; PAIVA, Luís Fábio S. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 7, p. 125-154, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.486>.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1978.

TELLES, Vera da S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **100 primeiros dias de governo**: propostas para uma agenda integrada das Amazônias. São Paulo: Instituto Arapyaú, 2022.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043>.

